



VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Feminicídios batem recorde em 2025

Levantamento mostra 1.517 mulheres mortas no período. Violência policial também aumentou e atinge mais os negros

» ALÍCIA BERNARDES
» CAETANO YAMAMOTO*

O Brasil registrou, em 2025, o maior número de feminicídios desde a criação da tipificação penal do crime, em 2015. De acordo com o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, divulgado ontem pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), foram contabilizados 1.571 feminicídios ao longo do ano passado, um aumento de 4% em relação aos 1.504 casos de 2024. O dado representa uma média de quatro mulheres assassinadas por dia em razão da condição de gênero.

De acordo com o relatório, 96,4% dos feminicídios de autoria identificada foram cometidos por homens, sendo 79,8% parceiros ou ex-parceiros da vítima, e 12,1% é familiar. Entre as vítimas, 62,5% foram mortas dentro de sua residência, 65,1% eram negras e 56,5% tinham faixa etária entre 25 e 44 anos.

O crescimento dos feminicídios ocorre na contramão da tendência observada nos índices gerais de violência. O levantamento aponta que o país registrou 40.775 mortes violentas intencionais em 2025, queda de 8% na comparação com o ano anterior e o menor patamar desde o início da série histórica, em 2012. O indicador reúne homicídios dolosos, feminicídios, latrocínios, lesões corporais seguidas de morte e mortes decorrentes de intervenção policial.

A coordenadora de Gênero e Raça do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Juliana Brandão, julga que a alta nos feminicídios se dá tanto pelo fato de o crime ter sido tipificado quanto por “sinais consistentes de aumento real” neste tipo de crime.

“O feminicídio — e boa parte dos demais crimes contra mulheres — é, antes de tudo, a expressão extrema das desigualdades de gênero e das formas de controle e dominação historicamente exercidas sobre as mulheres, do machismo e de um padrão de masculinidade que é violento e, portanto, problemático”, ressaltou.

O advogado criminalista

Leonardo Tajaribe Jr. menciona que o feminicídio possui uma das respostas penais mais severas do ordenamento jurídico brasileiro, mas a severidade da pena, por si só, não garante efeito preventivo.

“Isso porque o feminicídio, na maioria das vezes, não é um ato impulsivo e isolado, mas o desfecho de um histórico de violência, ameaças, perseguições e controle sobre a vítima. Nessas circunstâncias, o agressor normalmente não pratica o crime após ponderar a sanção que poderá receber”, afirmou.

Com a redução dos homicídios, o Brasil alcançou, pela primeira vez, uma taxa de 19,1 mortes violentas para cada 100 mil habitantes. Considerando apenas os homicídios dolosos, a taxa ficou em 15,4 por 100 mil habitantes, abaixo da meta de 16 estabelecida pelo Plano Nacional de Segurança Pública para 2027.

Além dos dados sobre violência contra a mulher, o estudo traz outros alertas para a segurança pública. Os registros de produção, posse ou distribuição de material de abuso sexual infantil aumentaram 25%. Houve 84.388 vítimas de estupro ou de estupro de vulneráveis. Casos de bullying e cyberbullying avançaram mais de 60% entre jovens, e a população prisional chegou a 964 mil pessoas, com projeção de superar a marca de um milhão de presos até 2027.

Violência Policial

A letalidade policial aumentou em relação a 2024, com um crescimento de 5,4%. Intervenções policiais vitimaram 6.602 pessoas em 2025, equivalente a 18 pessoas por dia. Entre 2016 e 2025 foram 60.558 vítimas. A desigualdade racial persiste: para cada uma vítima branca, 3,5 negros são mortos pela polícia.

Segundo o Anuário, 139 policiais foram vítimas de mortes violentas, queda de 3,5%, e 110 agentes suicidaram, redução de 12,7% comparado a 2024. Apesar da redução, suicídios de policiais cresceram 37,8% desde 2017.

***Estagiário sob a supervisão de Victor Correia**

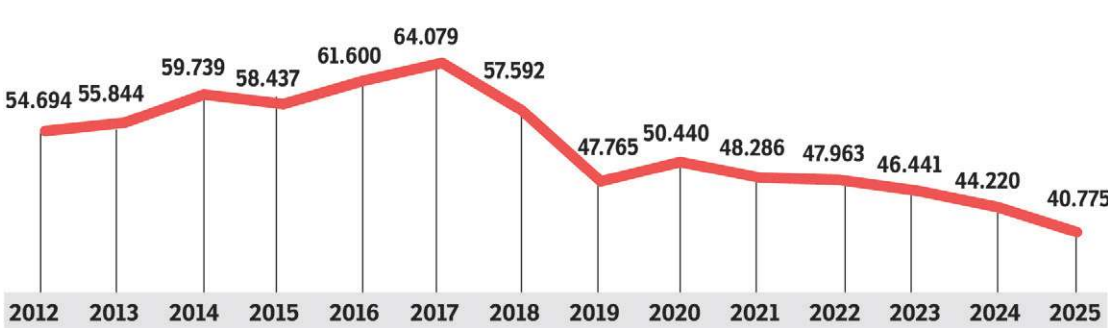
Alerta

Levantamento mostra que o número de feminicídios atingiu a maior marca já registrada em 2025, seguindo uma trajetória de alta desde 2016, um ano após a tipificação do crime, em 2015. Na contramão, o número total de homicídios de mulheres vem caindo. Especialistas ressaltam que a própria criação do crime de feminicídio contribui para o aumento de registros no período, mas que há sinais contundentes de aumento real. Por outro lado, caiu o número de mortes violentas intencionais em 2025, atingindo 40.775 registros, menor patamar da série histórica.

NÚMERO DE FEMINICÍDIOS X HOMICÍDIO DE MULHERES (incluindo feminicídio) POR ANO DE 2016 ATÉ 2025



NÚMERO DE MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS DE 2012 A 2025



Misoginia em voga

» DANANDRA ROCHA

Uma sequência de ataques a mulheres na política, nessa semana, reacendeu a pressão pela aprovação projeto de lei (PL) da Misoginia, que criminaliza a prática.

O estopim foi uma transmissão ao vivo do influenciador bolsonarista Paulo Figueiredo, na qual classificou como “genial” a declaração feita pelo ex-presidente Jair Bolsonaro à deputada Maria do Rosário (PT-RS), em 2014, quando afirmou que não a estupraria “porque ela não merece”.

Na mesma transmissão, Figueiredo voltou a dirigir comentários depreciativos à deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) ao relembrar episódios em que a parlamentar denunciava ameaças de estupro.

Em entrevista ao **Correio**, Maria do Rosário, agora vice-líder do PT na Câmara, afirmou que a fala de Figueiredo ultrapassa o campo da divergência política.

“É necessário aprovar o PL contra a misoginia porque frases como essa não podem ficar impunes. Elas movem uma violência. Declarar que alguém possa ou não possa ser estuprada, relativizar o estupro como violência, é misoginia”, disse.

Na mesma linha, Jandira Feghali afirmou que os episódios reforçam a urgência da proposta. “É urgente para que a incitação à violência seja criminalizada”, declarou, lembrando dos ataques recentes feitos contra a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, inclusive, pelo próprio Figueiredo e por aliados do campo bolsonarista.

“Esses casos mostram que a misoginia não escolhe lado político e eu me solidarizo com toda mulher que é alvo desse tipo de ataque. O projeto não foi feito por causa de um episódio específico, mas porque esse tipo de violência se repete todos os dias”, afirmou a relatora do texto, deputada Tabata Amaral (PSB-SP).

ACIDENTE AÉREO

Avião da Voepass não deveria voar

» IAGO MAC CORD

O Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa) divulgou, ontem, o relatório final sobre a queda do avião da Voepass no município paulista de Vinhedo, ocorrida em 9 de agosto de 2024.

A principal conclusão do documento é que a companhia aérea operava sob uma “cultura de normalização de desvios” em suas condutas operacionais e de manutenção. Para o Cenipa, a aeronave não deveria ter decolado nas condições em que estava.

A tragédia com o turboélice ATR 72-500, que decolou de Cascavel, no Paraná, com destino a Guarulhos, São Paulo, resultou na morte de todas as 62 pessoas a bordo — 58 passageiros e quatro tripulantes — e permanece como

o maior acidente da aviação brasileira desde 2007.

Segundo o investigador do Cenipa tenente-coronel Paulo Mendes Fróes, as investigações revelaram que pilotos e mecânicos da empresa possuíam o hábito de não relatar problemas técnicos nas aeronaves.

Além disso, constatou-se que auxiliares de mecânicos executavam tarefas sem a devida supervisão, e que as equipes de manutenção rotineiramente reparavam aviões utilizando componentes de outras aeronaves em pane ou até peças que já apresentavam falhas.

O relatório é fruto de uma análise que incluiu o estudo de mais de 15 mil voos da mesma frota, testes em simuladores, um voo experimental e a perícia detalhada das caixas-pretas e motores.

No aspecto técnico, a aeronave

Miguel Schincariol/AFP



Aeronave entrou em parafuso e caiu por acúmulo de gelo nas asas

entrou em um movimento de “parafuso chato” após sofrer um estol (perda de sustentação) causado pelo acúmulo de gelo nas asas. Dados das caixas-pretas mostraram que alertas sobre o desempenho

prejudicado pelo gelo surgiram na cabine menos de dois minutos antes da queda, e os pilotos já haviam comentado sobre problemas no sistema antigelo no início do voo.

Como já era conhecido que o

sistema de proteção contra congelamento estava sem funcionar, a decolagem jamais deveria ter sido autorizada em condições de formação de gelo, como fez a empresa.

O documento final do Cenipa, que possui caráter estritamente preventivo e não aponta culpados, passou por revisão de autoridades da França e do Canadá, responsáveis pelo projeto da aeronave e dos motores, respectivamente.

O relatório aponta ainda que a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) falhou ao fiscalizar o funcionamento da Voepass, embora mantivesse operações junto à empresa. O Cenipa cita ainda que a agência adotou mudanças operacionais após a tragédia. Em 2025, o órgão cassou o certificado de operação da aérea, que está impedida de operar voos regulares desde então.

Em nota, a agência afirmou que vai analisar as recomendações feitas pelos investigadores em até quatro meses. “As investigações conduzidas pelo Cenipa têm caráter exclusivamente preventivo e não se destinam a atribuição de culpa ou responsabilização, mas à identificação de

fatores que contribuíram para o acidente e de recomendações para aprimorar o sistema de segurança operacional da aviação civil”, comentou a agência.

Investigação criminal

Enquanto o Cenipa encerra sua apuração técnica, a Polícia Federal (PF) caminha para a conclusão de um inquérito criminal que poderá embasar indiciamentos pelo Ministério Público Federal.

Os familiares das vítimas, que acompanharam a apresentação em Brasília, planejam ingressar com uma ação coletiva de responsabilidade civil por danos morais contra a Voepass e eventuais instituições omissas.

Em resposta, a Voepass reafirmou que sua frota sempre esteve “aeronavegável” e que segue prestando apoio psicológico aos parentes das vítimas. A repercussão do caso também gerou avanços legislativos, como o projeto de lei aprovado na Câmara, em março de 2026, que obriga as aéreas a fornecerem assistência integral a famílias atingidas por desastres.